

CONDIÇÕES DE TRABALHO E DIREITOS DOS RESIDENTES MULTIPROFISSIONAIS: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Condições de trabalho; Política de Saúde do Trabalhador; Política de Saúde; Política de Atenção à Saúde

Introdução

A residência multiprofissional em saúde é regulamentada no Brasil como modalidade de pós-graduação lato sensu em serviço, sendo os residentes reconhecidos juridicamente como estudantes e não como trabalhadores, o que implica a ausência de vínculo empregatício formal e de uma série de direitos trabalhistas. Essa configuração jurídica, combinada à elevada carga horária de 60 horas semanais prevista em lei, cria condições de trabalho que frequentemente se distanciam dos princípios de cuidado integral que a própria residência pretende formar. A tensão entre a dimensão formativa e a dimensão laboral da residência tem sido objeto de crescente debate no movimento nacional de residências em saúde, evidenciando a necessidade de uma análise crítica sobre as condições concretas em que essa formação ocorre. O presente trabalho tem como objetivo refletir criticamente, a partir da experiência vivida, sobre as condições de trabalho e os direitos dos residentes multiprofissionais em saúde da família, identificando contradições estruturais e apontando caminhos para sua superação.

Métodos

Trata-se de um relato de experiência elaborado por residentes multiprofissionais em saúde da família, construído a partir da vivência cotidiana no programa de residência. A reflexão crítica foi orientada pela análise das condições concretas de trabalho experienciadas pelo grupo, articulando elementos empíricos da prática com o marco regulatório das residências em saúde no Brasil, especialmente a Lei nº 11.129/2005 e as normativas do Ministério da Saúde sobre programas de residência multiprofissional.

Resultados / Discussão

A experiência vivenciada evidenciou contradições estruturais nas condições de trabalho da residência multiprofissional. A carga horária elevada, combinada ao acúmulo de responsabilidades clínicas, acadêmicas e territoriais, configurou um contexto de intensificação do trabalho que frequentemente extrapolou os limites formalmente estabelecidos. A ausência de vínculo empregatício implicou a inexistência de direitos como férias remuneradas proporcionais, licenças e proteções típicas das relações de trabalho regulamentadas, colocando os residentes em posição de vulnerabilidade institucional. Observou-se ainda uma assimetria de poder nas relações com preceptores, tutores e gestores, que dificultou a reivindicação de condições mais adequadas de formação e trabalho. Essas condições não são meramente circunstanciais, mas expressam uma contradição política mais ampla: o Estado utiliza os residentes como força de trabalho qualificada no SUS sem reconhecê-los como trabalhadores, transferindo os custos dessa contradição aos próprios residentes na forma de sobrecarga, adoecimento e renúncia de direitos.

Considerações Finais

A análise crítica das condições de trabalho na residência multiprofissional revela que a precariedade não é um desvio do sistema, mas uma característica estrutural do modelo vigente. Fortalecer o movimento nacional de residências em saúde, avançar na regulamentação dos direitos dos residentes e construir espaços institucionais de escuta e negociação são passos necessários para que a residência cumpra seu potencial formativo sem comprometer a saúde e os direitos de quem nela se forma.

Referência Bibliográfica

ROCHA, Jéssica Santos; CASAROTTO, Raquel Aparecida; SCHMITT, Ana Carolina Basso. Saúde e trabalho de residentes multiprofissionais. Revista Ciencias de la Salud, Bogotá, v. 16, n. 3, p. 447-462, jan./abr. 2018. DOI: 10.12804/revistas.urosario.edu.co/revsalud/a.7265. ; SILVA, Letícia Batista. Residência multiprofissional em saúde no Brasil: alguns aspectos da trajetória histórica. Revista Katálisis, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 200-209, jan./abr. 2018. DOI: 10.1590/1982-02592018v21n1p200.